

Presidente passa férias em praia dominada por ocupação irregular

Até a casa em que ficará hospedado, do governador Albano Franco, não tem situação regularizada

ELIANE AZEVEDO

RIO – O presidente Fernando Henrique Cardoso vai passar dias de descanso e lazer numa região paradisíaca – e conhecida pelas ocupações irregulares e pela ameaça de destruição das dunas, manguezais e lagoas que fizeram a fama da Praia do Saco, no município de Estância, litoral sul de Sergipe. Mesmo seu anfitrião, o governador Albano Franco (PSDB), segundo dados da Delegacia de Patrimônio da União (DPU), não tem a situação de sua bela casa com quatro suítes e 90 metros de frente totalmente regularizada: parte do terreno pertence à União e ele ainda não pagou nem o laudêmio – taxa da Marinha – pela compra nem o imposto anual pelo uso do imóvel.

O terreno foi comprado em 1994, quando Albano assumiu seu primeiro governo. A Superintendência Regional do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) informou que o governador obteve autorização do órgão e da Administração Estadual de Meio Ambiente para construir a casa. “O terreno não está na área de dunas nem invade a faixa de 300 metros a partir da preamar e, portanto, obteve a licença”, explicou o chefe da Divisão Técnica do Ibama, Francisco José dos Santos.

Mas um levantamento aerofoto-

gráfico feito pela DPU constatou que parte do terreno do governador pertence à União. O antigo dono do imóvel chegou a cadastrá-lo na delegacia, mas Albano não regularizou a situação quando comprou o terreno. “Ele precisa solicitar a transferência do imóvel para seu nome, pagar o laudêmio de 5% do valor de venda e uma taxa anual de 2% do valor do imóvel pela utilização de um terreno da União”, explicou o engenheiro Aderaldo de Santana, da DPU. A delegacia pretende iniciar este ano um processo de cadastramento para regularizar a situação dos terrenos da Praia do Saco.

A Praia do Saco está dentro de uma faixa de 55 quilômetros do litoral que vai da foz do Rio Vaz-Barris à foz do Rio Real e forma a Área de Proteção Ambiental (APA)

Litoral Sul, vinculada ao governo estadual. “É uma área sem regulamentação e sem normatização”, lamentou a ex-coordenadora de Gerenciamento Costeiro do Estado Lilian Wanderley. Na verdade, apesar de algumas ações do Ibama, basta uma autorização da prefeitura para construir na região.

Ou seja: não há leis unificadas nem um planejamento estratégico para evitar a deterioração da mais bonita praia do Estado e de uma das mais importantes áreas de preservação ecológica daquele litoral. “Trata-se da única área de

desova da menor tartaruga do mundo”, afirmou a bióloga Jacqueline Comin de Castilho, do Projeto Tamar. “Das cinco espécies de tartarugas marinhas que existem no Brasil, quatro desovam no litoral sul de Sergipe.”

Apesar de, em 1993, a APA ter sido encarregada de, em seis meses, preparar um projeto de zoneamento e manejo do solo da região, nada foi feito – nem no prazo estabelecido nem durante todo o governo Albano. A ocupação desordenada começou há cerca de dez anos, quando a elite sergipana descobriu o recanto de pescadores e

decidiu construir mansões a 50 metros do mar ou encarpitadas nas dunas fixas.

Além do governador, os desembargadores do Estado e a maioria dos políticos possui imóveis na Praia do Saco.

**IBAMA JÁ
EMBARGOU
OBRAS DE 15
IMÓVEIS**

Nos últimos dois anos, o Ibama multou e embargou a construção de cerca de 15 casas, mas o processo está emperrado na Justiça. “As elites instalaram-se ali, vão tirar a gordura do lugar, o seu melhor, e, depois que o lugar estiver descaracterizado, vão procurar outra praia deserta”, apontou Lilian, autora de uma tese de doutorado que é nada menos do que uma lei de zoneamento ecológico-econômico e um plano de manejo da APA Litoral Sul. “Minha proposta é a de fazer zonas de alta proteção, para evitar o loteamento.”